

ANGELA ROJO

**MEMÓRIAS DO CIBERFEMINISMO
A MARCHA DAS VADIAS**

**SANTOS
2019**

ANGELA ROJO

**MEMÓRIAS DO CIBERFEMINISMO
A MARCHA DAS VADIAS**

Projeto de Intervenção apresentado ao Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito para a conclusão do curso de especialização em História e Cultura no Brasil Contemporâneo.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Gabriela Alexandra Mitidieri Malta Cals Theophilo.

**SANTOS
2019**

ROJO, Angela.

Memórias do Ciberfemnismo: A Marcha das Vadias / Angela
Rojo. - 2019.
23 f.

Orientadora: Gabriela Alexandra Mitidieri Malta Cals Theophilo.
Trabalho de Conclusão de Curso (especialização) - Universidade
Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação. Especialização em
História e Cultura no Brasil Contemporâneo, 2019.

1. História do Tempo Presente. 2. Ciberfeminismo. 3. Marcha das
Vadias. I. Mitidieri Malta Cals Theophilo., Gabriela Alexandra,
orient. II. Título.

Folha de aprovação

Autora: Angela Rojo

Título: Memórias do Ciberfemnismo: a Marcha das Vadias

Natureza: Trabalho de Conclusão de Curso

Objetivo: Conclusão de Curso de Especialização

Instituição: Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora

Data de aprovação: ____/____/_____

Banca Examinadora:

Dedico este trabalho de pesquisa à todas as vadias, aquelas que lutam contra a todas as formas de opressão.

RESUMO

O presente Projeto de Intervenção tem como objetivo apresentar a um público prioritariamente feminino frequentador de bibliotecas municipais na cidade de São Paulo, os usos possíveis do espaço cibernético para elucidar o que conhecemos por ciberativismo, evidenciando, especialmente, a Marcha das Vadias. Trata-se de um movimento feminista que, desde o ano de 2011, promove manifestações nas ruas das principais cidades brasileiras contra o feminicídio, o sexismo, a violência de gênero e a criminalização da sexualidade feminina. Para a realização deste projeto, será necessário analisar as principais características dessa vertente do feminismo, salientando as lutas, reivindicações, pautas, manifestos, bem como o uso proeminente das redes sociais para a prática do vem sendo chamado de ciberfeminismo.

Palavras-chave: História do Tempo Presente, Ciberfemnismo, Marcha das Vadias.

ABSTRACT

The purpose of this Intervention Project is to present to a primarily female audience in the city of São Paulo, the possible uses of cyber space to elucidate what we know as cyber-activism, especially highlighting the March of Bums. It is a feminist movement that, since the year 2011, has promoted demonstrations on the streets of the main Brazilian cities against femicide, sexism, gender violence and the criminalization of female sexuality. For the realization of this project, it will be necessary to analyze the main characteristics of this strand of feminism, highlighting the struggles, demands, guidelines, manifests, as well as the prominent use of social networks for the practice of has been called cyberfeminism..

Keywords: History of the present time, Cyberfeminism, March of the Sluts.

Sumário

1. Introdução	08
2. Problematização	122
3. Justificativa	133
4. Revisão da Literatura	
4.1. O feminismo e o ciberativismo da Marcha das Vadias	144
5. Plano de Intervenção	
5.1. Aspectos Metodológicos	210
5.2. Procedimentos da intervenção	211
6. Referências	222

1. Introdução

A história do tempo presente valoriza os testemunhos diretos. Durante muitos anos, como se sabe, os historiadores desconfiaram do uso de fontes orais. A partir dos anos de 1950, aproximadamente, essas fontes serviram para dar voz àqueles e àquelas cujas experiências não estavam registradas em documentos oficiais, ou, mesmo, àqueles que não possuíam cultura escrita. Possuir “fontes vivas” ou testemunhos de pessoas que viveram o fato histórico ou deixaram registros recentes, como em páginas online, torna-se, assim, um fator positivo, pois a pesquisador pode trabalhar com as nuances e debates entre história e memória. Dito isso, ainda que a história do presente seja feita de “moradas provisórias”, sendo suas pautas e agendas, muitas vezes, guiadas por demandas diversas do mundo social, tal condição não nos retira a preocupação com convenções e aspectos éticos típicos do ofício do historiador. Da mesma forma que outros pesquisadores, o historiador do tempo presente trabalha com a ajuda de arquivos públicos ou privados, inclusive disponíveis em meio digital.

[...] o tempo presente é o período durante o qual se produzem eventos que pressionam o historiador a revisar a significação que ele dá ao passado, a rever as perspectivas, a redefinir as periodizações, isto é, a olhar, em função do resultado de hoje, para um passado que somente sob essa luz adquire significação (BERNSTEIN, 1993 *apud* FERREIRA, 2000, p. 09).

Fazer a História do Tempo Presente é analisar processos ainda inacabados e fatos históricos em construção. Sobre isso, enfatizamos a importância de se rever a própria forma como estudamos o passado e o presente, pois os fatos passados também não estão concluídos, devido às permanências que continuam a influenciar o tempo presente. Ou seja, podemos nos referir as práticas e costumes passados que sobreviveram ao tempo ou que foram ressignificados, perpetuando-se na sociedade atual. Neste sentido, a historiografia feminista propôs novas perspectivas para os historiadores, ao contemplar questões como classe, raça e orientação sexual/afetiva.

Nesse sentido, esse estudo reflete sobre a Marcha das Vadias como objeto de pesquisa, visto que a historiografia, a partir da Escola dos *Annales* e da Nova História, abriu novas possibilidades de temas, documentos e metodologias. Uma vez que a própria definição de História (no caso, do tempo presente), é ser a história de um passado que não está morto, de um passado que ainda se serve da palavra e da experiência de indivíduos vivos:

A inquietação parece estar em relação à proximidade temporal, como vemos em Rioux: [...] como traduzir em termos de duração um presente, por definição, efêmero? Presente cuja produção, além disso, é cada vez mais, ao longo do século XX, fenômeno atual, cujos delineamentos são confundidos nesse turbilhão denso e indistinto de mensagens, nesse imenso rumor mundializado de um “atual” triturado, amassado, transformado sem trégua, sob o triplo efeito

da midiaticização do acontecido, da ideologização do ato e dos efeitos de moda na nossa apreensão de um curso da história? Se nosso presente é uma sucessão de flashes, de delírios partidários e de jogos de espelhos, como sair dele para erigi-lo em objeto de investigação histórica? (ROUSSO, 1998, p. 63 apud DOSSE, 2012, p. 16).

Desta forma, ao elencarmos o movimento Marcha das Vadias como tema de estudo, observamos a necessidade de refletir sobre algumas discussões acerca do que é “ser mulher” em uma sociedade sexista, fundada na desigualdade de gênero. O movimento surgiu a partir de um episódio ocorrido em janeiro de 2011, quando um policial canadense, Michael Sanguinetti, em uma palestra na Universidade de Toronto, recomendou que “as mulheres evitassem se vestir como putas para não serem vítimas de estupro”. Como reação à sua fala, em abril de 2011, cerca de três mil canadenses saíram às ruas para protestar na primeira *SlutWalk*, a Marcha das Putas, ou, na tradução adotada no Brasil, Marcha das Vadias.

Como mobilização que se apoia nas lutas feministas, o movimento passou a reunir ações coordenadas com o objetivo de protestar contra a crença de que mulheres vítimas de estupro provocam os atos de violência sexual em decorrência da vestimenta que usam, sendo comum em tais protestos as mulheres usarem roupas, que para alguns, são provocantes.

A Marcha se expandiu para diversos países. No Brasil, ocorreu primeiramente em São Paulo, em 4 de junho do mesmo ano e, em seguida, em diversas outras capitais como Salvador, Curitiba, Rio de Janeiro, Fortaleza, Belo Horizonte, Vitória, Recife, chegando também no interior dos Estados. Desde a primeira mobilização, a Marcha contou com a participação de jovens que têm impulsionado ações mais recentes do movimento, fortemente mediada pelas redes sociais.

A rapidez com que a marcha se disseminou pelo país e mobilizou a juventude é indissociável das possibilidades que as novas tecnologias de comunicação oferecem ao ativismo político. Já em 2012, no segundo ano do advento da Marcha das vadias, 23 cidades, de todas as regiões do Brasil organizaram protestos usando ferramentas como Facebook, Twitter, Youtube, blogs e e-mails (GOMES; SORJ, 2014, p. 437).

De acordo com Helene (2008), em algumas cidades, as manifestações tomaram dimensões muito maiores. Por exemplo, na cidade de Campinas (terceira maior cidade do estado de São Paulo), alcançou grande visibilidade devido aos numerosos casos de estupro no distrito de Barão Geraldo, região em que fica localizada a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Nesse viés, além da divulgação via internet, a marcha estabeleceu um comitê de organização do protesto, que agregou diversos coletivos feministas, como os de assistência jurídica popular, de anarquistas, de rádios livres, de cyber feminismo e militantes organizadas

em partidos políticos. “[...] no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, um número crescente de feministas começa a enxergar nos partidos políticos, nos órgãos dos poderes Legislativo e Executivo, espaços potencialmente viáveis para a atuação feminista” (MATOS, 2010, p. 85).

Além disso, uma das características do movimento é a expressão da rebeldia e da contestação por meio da irreverência, deboche e ironia. Segundo Rago (1996), essa nova posição do movimento, também questiona os próprios valores feministas construídos no decorrer do século XX.

Se a caricatura da antiga feminista construía uma figura séria, sisuda e nada erotizada, as jovens militantes entram com outras cores, outros sons e outros artefatos, teatralizando e carnavalizando o mundo público. Autodenominando-se “vadias”, ironizam a cultura dominante, conservadora e asséptica e, nesse sentido, arejam os feminismos, trazendo leveza na maneira de lidar com certos problemas, mas estabelecendo continuidades com as experiências passadas, mesmo que não explicitem esses vínculos nem reflitam sobre eles (RAGO, 1996, p. 314).

Assim, as marchas feministas, de modo geral, contestam as simbologias que incidem sobre os corpos femininos, seja a partir de sua maneira de vestir, agir ou de se posicionarem em determinados locais públicos. “O corpo tem um importante e duplo papel na marcha: é objeto de reivindicação (autonomia das mulheres sobre seus corpos) e é também o principal instrumento de protesto, suporte de comunicação” (GOMES; SORJ, 2014, p. 437).

É importante destacar que essas mulheres vão questionar a construção de determinados espaços públicos nas cidades e de quem frequenta esses locais, visto que, por séculos, esses ambientes são edificados por meio de visões machistas e sexistas. Em algumas cidades pelo mundo, mulheres que perambulam sozinhas pelas ruas são qualificadas como clandestinas, vadias, vagabundas e putas (*slut*) - em contraponto às “mulheres do lar”, arquetizadas como “boas esposas” e “mulheres de família”, ressaltando velhos paradigmas da sociedade ocidental. Cada um destes papéis tem seu lugar simbólico na cidade, ou seja, a esposa deve permanecer confinada às funções e ao espaço do lar, enquanto as prostitutas devem estar restritas às funções e ao espaço destinado à sua função em certas ruas da cidade, bordéis e zonas de prostituição.

Segundo a historiadora Michelle Perrot (2014), a “vagabundagem feminina” era intolerável em oposição aos homens nômades, aventureiros, caçadores, predadores e inventores. Na construção socio-histórica do papel do gênero feminino, mulheres deveriam permanecer reclusas no interior da vida doméstica, sob a tutela masculina e familiar.

Desta forma, a urgência em ressignificar o conceito de vadia tornou-se um ato político do movimento, pois as ativistas se arriscam-se a sair pelas ruas vestindo trajes que, de certo modo, mostram que podem exercer livremente sua sexualidade. Questionam, em espaço

público, o temor internalizado e que se impõe aos seus corpos, utilizando-os como lugar político, como ferramenta de exposição e interpelação da manifestação de regras e hierarquias sociais.

Ao subverter o uso acusatório do termo “vadia”, a marcha reivindica o termo para si e o ressignifica positivamente como “empoderamento”. O slogan “Se ser livre é ser vadia, então somos todas vadias”, comum às marchas de diversas cidades, ilustra esta ideia central (GOMES; SORJ, 2014, p. 437).

Nas Marchas, elas invadem as ruas com roupas curtas, lingerie, meias arrastão, seios nus, com frases escritas em seus corpos, questionando o patriarcado¹ com slogans tais como: “meu corpo, minhas regras”; sou minha só minha e não de quem quiser”, dentre outros.

Pelo artifício da provocação, o corpo é usado para questionar as normas de gênero, em especial as regras de apresentação do corpo feminino no espaço público. Ao mesmo tempo, o corpo é um artefato no qual cada participante procura expressar alguma mensagem que o particulariza (GOMES; SORJ, 2014, p. 438).

Certas representações das feministas enquanto indivíduos masculinizados e agressivos, imagens que povoam o senso comum, veiculadas tanto pelos meios de comunicação de massa quanto pela mídia alternativa, semeiam o medo e a rejeição à figura da feminista no imaginário popular de diferentes formas. “Além de relacionar as mulheres feministas como indivíduos feios, feminista perua, a mulher emancipada que só quer exibir o corpo e pregar a liberdade sexual” (MIGUEL, 2015, p. 50).

Tais imagens negativas propagaram-se, especialmente, a partir das décadas de 1970 e 1980. Portanto, o trabalho de desnaturalização dessas representações e de elaboração de uma nova visão sobre o feminismo foi realizada a partir da década de 1990, sobretudo na chamada a “quarta onda” do movimento, com o advento dos anos 2000. Nesse sentido, a Marcha das Vadias também busca questionar esses preconceitos, de modo que as ruas tornam-se um espaço fundamental para suas manifestações e performances: “essas ações corporificam, na encenação da experiência urbana, o descarte, por alguns instantes, de controles que tolhem a invenção (e inversão) de posições sociais nos fluxos urbanos” (RAGO, 1996, p. 296).

Portanto, a escolha do movimento como objeto de pesquisa e base de um projeto de ação é relevante, uma vez que, a partir dele, podemos compreender parte das lutas e reivindicações das mulheres na contemporaneidade. Assim, para entendermos os simbolismos e significados da Marcha das Vadias, é preciso compreender o contexto histórico de formação do movimento.

¹ O patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de “dominação masculina” ou de opressão das mulheres. Essas expressões, contemporâneas dos anos 70, referem-se ao mesmo objeto, designado na época precedente pelas expressões “subordinação” ou “sujeição” das mulheres, ou ainda “condição feminina”. (DELPHY, 2009, p. 173).

2. Problematização

É possível afirmar que as Marchas assumem diversas características de acordo com o local e as reivindicações específicas das mulheres que as compõem. Ao se posicionarem pelo direito da mulher sobre seu corpo, sua liberdade e sua segurança, criticam todo tipo de violência sofrida pelas mulheres; tanto a violência física, que visa submeter e sujeitar seus corpos à dominação masculina, quanto a a violência simbólica, que busca a manutenção da ordem social e patriarcal, condicionando as mulheres a um patamar de inferioridade na hierarquia entre os gêneros.

Assim, nas marchas, a sensualidade dos corpos é celebrada; os padrões de beleza feminina são questionados por corpos que reivindicam pelos e diferentes formatos; a menstruação é positivamente assumida. A nudez, importante instrumento de impacto nas marchas, parece condensar a um só tempo a capacidade de criticar as normas de gênero e de expressar este modo subjetivo de “libertação” do corpo (GOMES; SORJ, 2014, p. 438).

O movimento, ao adquirir visibilidade e representatividade, traz à tona a posição que as mulheres têm ocupado na sociedade ocidental e, por meio dessas trocas de informações com outras militantes feministas, cria-se uma rede de informações e articulações, objetivando maior autonomia, com novas características e estratégias de militância.

Anualmente, cresce o número de cidades que sediam a marcha mantendo o espírito que originou o protesto canadense, mas definindo localmente outras reivindicações e modos próprios de organização. Todavia, apesar das diferenças locais, todas as marchas comungam dos mesmos desafios e disputas relacionadas à definição do sujeito do feminismo. Em outras palavras, em todos os lugares, a marcha se depara com a necessidade de gerenciar os critérios que definem quem o feminismo inclui e exclui (GOMES; SORJ, 2014, p. 437).

Deste modo, vão se utilizar do ciberativismo pelas redes sociais como instrumento da disseminação da opressão sofrida e como ferramenta de empoderamento feminino, visando estabelecer novos paradigmas norteadores das relações humanas, ajustados às novas tecnologias de informação para ampliação e alcance dos movimentos femininos e sociais.

Os movimentos feministas foram fundamentais para a criação de novas formas de reconhecimento junto às demais minorias sociais. Para isso, utilizou-se diferentes meios e suportes para seus discursos, que vão sendo amoldados às necessidades e experiências diante de problemáticas sociais que, à luz do tempo presente, são perpassados por densas modificações, como ocorreu com a luta pelo direito ao voto feminino no início do século passado.

Por fim, é preciso considerar que os historiadores do tempo presente enfrentam, diante das Tecnologias de Comunicação e de Informação, grandes desafios, devido às inúmeras

possibilidades de fontes e temas. Assim, entender como são construídos esses novos espaços sociais e de luta é fundamental para compreendermos como inúmeros movimentos sociais se organizam na atualidade. Esse é o caso de uma das diversas correntes do movimento feminista, representado pela Marcha das Vadias, que ultrapassou inúmeras barreiras, colocando-se como importante movimento de reivindicação da mulher enquanto protagonista e agente de sua história.

3. Justificativa

Considerando-se as novas possibilidades de fontes e temas, como dito acima, torna-se fundamental compreender como são construídos esses novos espaços sociais e de luta, mobilizados por inúmeros movimentos sociais que se organizam na atualidade, como é o caso da Marcha das Vadias. Levar esses debates para mulheres da comunidade em bibliotecas municipais transforma-se, assim, num importante instrumento de conscientização de seu lugar no mundo, das formas de opressão que recaem sobre sie de abertura de caminhos possíveis para a busca de mais liberdade, além de ser um modo de articular um novo espaço de sociabilidade e solidariedade mútua para essas mulheres.

Se considerarmos que toda experiência humana ao longo do tempo e em qualquer lugar é nossa herança comum, o ciberfeminsimo é parte da História recente, já que a sociedade, cotidianamente, utiliza a rede mundial de computadores como principal ferramenta para que a comunicação humana ultrapasse fronteiras.

Sabemos que tanto a escrita quanto a oralidade transformam fundamentalmente a memória coletiva. Uma biblioteca pública não perdeu seu valor para o processo de constituição, preservação e difusão de referenciais identitários na contemporaneidade, podendo ser vista como um “lugar de memória”. Os lugares de memória configuram-se como instâncias físicas ou virtuais que se organizam para servir de apoio à salvaguarda de materialidade simbólica, concebida como elemento de *representação* coletiva.

Importante frisar, ainda, que, nesse novo momento histórico, possuir uma identidade não mais significa inserir-se primordialmente em um núcleo imutável e atemporal que liga o passado ao presente e, este, ao futuro. Trata-se, antes de tudo, da possibilidade de se abarcar, o mais amplamente possível, o jogo de semelhanças e diferenças presentes nas culturas do mundo inteiro.

Com isso, a proposta de intervenção em bibliotecas públicas busca promover debates e discussões sobre o que é ciberfeminismo sabendo que:

(...) seres humanos são seres interpretativos, instituidores de sentido. A ação social é significativa tanto para aqueles que a praticam quanto para os que a observam: não em si mesma, mas em razão dos muitos e variados sistemas de significado que os seres humanos utilizam para definir o que significam as coisas e para codificar, organizar e regular sua conduta uns em relação aos outros. Estes sistemas ou códigos de significado dão sentido às nossas ações. Eles nos permitem interpretar significativamente as ações alheias. Tomados em seu conjunto, eles constituem nossas “culturas”. Contribuem para assegurar que toda ação social é “cultural”, que todas as práticas sociais expressam ou comunicam um significado e, neste sentido, são práticas de significação (HALL, 1997, p. 26).

Diante dessas considerações, o objetivo desta intervenção é promover oficinas que levem os participantes a compreenderem que bibliotecas públicas e redes sociais são espaços permeados por tensões contraditórias, mas que estão abertos para mobilização, de acordo com as experiências e vivências de diferentes sujeitos históricos. A Marcha das Vadias insere-se neste contexto, já que as manifestantes dão visibilidade, via internet, à sua permanência na história e no constituindo uma comunidade que estrutura suas ações em torno de referenciais identitários comuns.

4. Revisão da Literatura

4.1. O feminismo e o ciberativismo da Marcha das Vadias

O movimento feminista ganhou nova força no século XXI, impulsionado por uma população de jovens ativistas que passaram a questionar os velhos paradigmas da sociedade, tal como o próprio movimento feminista. Essa inédita movimentação acontece em paralelo com as novas formas de se comunicar em rede, que também proporciona maior facilidade para buscar informações. Dessa forma, emerge o chamado ciberativismo.

Esse contexto somente se tornou possível graças às reivindicações femininas no decorrer do século XX. Em linhas gerais, podemos salientar que a “primeira onda” do movimento feminista é marcada pelo movimento sufragista, bem organizado e “bem-comportado”, excetuando-se a parcela mais radical do movimento, que, frente ao que identificavam como dominação masculina, tinham uma face mais “mal comportada”, além da parcela mais anarquista, que concentrava esforços para militar contra a exploração da mulher no trabalho. Esse feminismo estava ligado a personalidades específicas, salientando, desta

forma, o esforço pessoal de mulheres que teriam “excepcionalidade intelectual”. Berta Lutz e Maria Lacerda de Moura foram as expoentes do movimento feminista da “primeira onda” sufragista no Brasil, a partir dos anos de 1920.

A “segunda onda”, após o fim da Segunda Guerra Mundial, é tida como mais libertária e revolucionária, uma vez que trouxe para o centro do debate o direito ao controle sobre o próprio corpo, sob o viés de tornar públicas questões, antes, tidas como privadas. Atacavam diretamente os valores tradicionais e conservadores da sociedade, como as relações de poder e a hierarquia nos âmbitos público e privado.

No Brasil, o espaço de ação política para as mulheres era exíguo nas frentes de política institucional, especialmente durante o regime militar brasileiro (1964-1985). Celia Regina Jardim Pinto (2003) relata que, um dos aspectos importantes da luta feminista nesse contexto, deve-se ao fato de que as mulheres das classes médias e populares organizavam movimentos a partir de sua condição de mães e donas de casa para intervir no mundo público. Estes movimentos não são considerados feministas, embora liderados por mulheres que mesmo envolvidas nos movimentos, não lutavam por papéis atribuídos a elas.

No tocante ao feminismo brasileiro da época, as mulheres envolvidas na luta contra a ditadura não escapavam de questões maiores, tais como a desigualdade social, a fome e a miséria, pautas nem sempre passíveis de combate fora do espaço político organizado por partidos políticos. Outro ponto importante era o questionamento das feministas acerca da falta de representatividade dentro dos próprios movimentos de combate à ditadura, sobretudo para as mulheres negras, pobres e operárias.

Deste modo, o ano de 1975 é considerado um marco do movimento no país. O regime militar se comprometia com a distensão política “gradual e controlada”. Logo, a resistência das mulheres à ditadura aliou-se as mudanças que aconteciam no país.

A expansão do mercado de trabalho e do sistema educacional que estava em curso em um país que se modernizava gerou, ainda que de forma excludente, novas oportunidades para as mulheres. Esse processo de modernização, acompanhado pela efervescência cultural de 1968, com novos comportamentos afetivos e sexuais relacionados ao acesso a métodos anticoncepcionais e com o recurso às terapias psicológicas e à psicanálise, influenciou decisivamente o mundo privado. Novas experiências cotidianas entraram em conflito com o padrão tradicional de valores nas relações familiares, sobretudo por seu caráter autoritário e patriarcal (SARTI, 2004, p. 39).

No mesmo ano, a Organização das Nações Unidas - ONU, realizava a I Conferência Mundial da Mulher² sob o lema “Igualdade, Desenvolvimento e Paz”. O tema central foi a eliminação da discriminação da mulher. Neste percurso, foram aprovados, com a participação de 133 delegações, boa parte liderada por mulheres, o plano de ação que viria a nortear quais diretrizes de governos e da comunidade internacional no decênio 1976-1985 entrariam em voga, tendo como destaque a igualdade plena de gênero e a eliminação da discriminação por razões de gênero e a plena participação das mulheres no desenvolvimento e maior contribuição das mulheres para a paz mundial.

Assim, a “terceira onda” feminista despontava no cenário mundial, transpassada por discussões que atendiam anseios imediatos frente às necessidades impostas na atualidade, mas compreendendo-se que esses anseios e necessidades eram fundamentalmente históricos, já que fundamentados e reproduzidos na estrutura patriarcal e capitalista, que organiza e naturaliza as relações entre opressor e oprimido. Notava-se, assim, a emergência da questão da diferença, através de marcadores sociais de opressão, tais como classe e raça. Desta forma, “o sentido orientador da nova onda, também para os estudos e teorias feministas, está vinculado, [...] a uma renovada ênfase em fronteiras interseccionais, transversais e transdisciplinares entre gênero, raça, sexualidade, classe e geração” (MATOS, 2010, p. 86).

Assim, o feminismo passou a evidenciar novas concepções relacionadas as questões de gênero, as quais deveriam ser tratadas junto com questões socioculturais e raciais, para que vozes e experiências específicas, como as das mulheres negras, não fossem negligenciadas. Ressalta-se que as lutas feministas passaram a abarcar uma ampla gama de questões sociais em proximidade de outros movimentos populares, os quais se reforçam mutuamente, operando contra:

[...] o racismo, o sexismo, a misoginia, a xenofobia, a homofobia, o colonialismo, o imperialismo, o escravismo e o trabalho forçado. Constituem a base dos fundamentalismos e integristas que impedem às mulheres e aos homens serem livres. Geram pobreza, exclusão, violam os direitos dos seres humanos, particularmente os das mulheres, e põem a humanidade e o planeta em perigo (MATOS, 2010, p. 87).

Por fim, a “quarta onda”³ feminista evidencia a necessidade das mulheres de se voltarem

² Outras Conferências seguiram sendo a II Conferência Mundial da Mulher sob o lema “Educação, Emprego e Saúde”, Copenhague no ano de 1980, a III Conferência Mundial sobre a Mulher com tema central “Estratégias Orientadas ao Futuro, para o Desenvolvimento da Mulher até o Ano 2000”, no de 1985 em Nairóbi e em Beijin, na China, acontece a IV Conferência Mundial sobre a Mulher com tema central “Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz”.

³ A luta feminista (e também a luta por direitos humanos), em sua “quarta” onda, também reforça o princípio da não-discriminação com base na raça, etnia, nacionalidade ou religião. Essa garantia foi elaborada na Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (*International Convention on the*

“para dentro” do Estado, ocupando espaços públicos e reforçando a criação de organismos, estruturas e mecanismos de luta e reivindicação.

O alvorecer do século XXI traz para o movimento feminista o tema da participação política das mulheres nas esferas de decisão do Estado, no âmbito do continente latino-americano, passando a entender a participação paritária institucional como um dos espaços mais importantes – e ainda intocados – rumo a uma sociedade mais equânime no que tange às questões de gênero (MATOS, 2010, p. 85).

Nesse sentido, vale destacar que, enquanto a cultura dos computadores pessoais e a crescente miniaturização de dispositivos eletrônicos se espalham em uma configuração difusa e descentrada da informação, o *Manifesto Ciborgue*, de Donna Haraway, excitava uma “onda” de entusiasmo feminino subversivo para as novas redes e máquinas, que resultou no Ciberfeminismo a partir dos anos de 1990. Segundo Haraway (2009), a capacidade de organização em redes era algo intrínseco à mulher, que, por sua historicidade e envolvimento com as indústrias do pós-guerra, das linhas de montagem e de sua ocupação massiva nas primeiras redes de telecomunicação, fez das mulheres as portadoras dessa característica de ciborgue imanente.

O Ciberativismo⁴, movimento que surgiu como modalidade junto ao aparecimento das primeiras redes de computadores, teve origens pontuais em alguns países da Europa, América do Norte e, principalmente, na Austrália:

A apropriação das novas tecnologias, como a Internet, por essas organizações em rede faz surgir uma nova forma de ativismo: o ciberativismo. As possibilidades que surgem com essa emergência do ativismo digital são inúmeras. A partir da atuação de indivíduos e grupos em rede e na Rede, é possível ampliar as reivindicações; difundindo informações e discussões em busca de apoio para uma causa; organizando e mobilizando para ações on-line e off-line; invadindo páginas de “inimigos” e congestionando servidores. [...] é possível identificar que a Internet se constitui uma peça-chave para o novo ativismo (RIGITANO, 2003, p. 08).

Felgueiras (2017) entende que o ciberfeminismo tem relação direta com as jovens militantes que foram criadas na chamada Era da Informação e que, de certa forma, compreendem o alcance desta ferramenta de comunicação, sabendo como utilizá-la como instrumento de ativismo.

Embora o ciberfeminismo tenha origens diversas, características fragmentadas, fluidas e perpassadas pela apropriação de redes eletrônicas, tornou-se possível uma reorganização do movimento em forma de rede, ou seja, novas arregimentações dos movimentos femininos.

Elimination of All Forms of Racial Discrimination – CERD), que tratou da proteção contra a discriminação baseada na cor, na descendência e na origem étnica ou nacional (MATOS, 2010, p. 87).

⁴ Entende-se por ciberativismo a utilização da Internet por movimentos politicamente motivados [...], com o intuito de alcançar suas tradicionais metas ou lutar contra injustiças que ocorrem na própria rede (RIGITANO, 2003, p. 03).

Torna-se, então, difícil nomear os feminismos atuais por um único adjetivo ou, até mesmo, insistir na utilização desse nome: “a dificuldade de definição deve-se à pluralidade de pautas e discussões oportunizadas pelas diversas vertentes de ideologias dos movimentos feministas” (LEMOS, 2009, p. 15).

Compreendendo o movimento tanto pela inserção, quanto pela participação de ativistas do movimento feminista, os ciberespaços feministas objetivaram atrair mais jovens, esclarecendo temas, conceitos e “palavras de ordem”. Pensando nesta questão, a “quarta onda” feminista e seus discursos de reconhecimento, apropriaram-se vastamente das tecnologias de comunicação para ampliarem sua voz e sua visibilidade, não apenas se comunicando com os movimentos feministas em nível local ou global, mas também:

[...] com outros movimentos sociais, com outras especificidades e simpatizantes de suas causas, formando uma rede global de redes de movimentos, identidades plurais, radicalizando a democracia, a partir dos níveis locais, regionais, nacionais, até os transnacionais, na direção de uma cidadania que se propõe planetária (MATOS, 2010, p. 87).

Sendo assim, na contemporaneidade, os coletivos ciberativistas tomaram para si função organizadora e dialógica no movimento. A internet⁵ aparece como ferramenta central, influenciando, inclusive, no modo como esses grupos se organizam, agora sob a forma de coletivos, considerados mais informais.

A partir da incorporação da Internet, os ativistas expandem suas atividades tradicionais e/ou desenvolvem outras. A utilização da rede por parte desses grupos visa, dentre outras coisas, poder difundir informações e reivindicações sem mediação, com o objetivo de buscar apoio e mobilização para uma causa; criar espaços de discussão e troca de informação; organizar e mobilizar indivíduos para ações e protestos on-line e off-line (RIGITANO, 2003, p. 03).

Desta forma, a partir da organização da Marcha das Vadias nos ciberespaços, é possível verificar como elas atuam e quais suas principais mobilizações e reivindicações em nossa sociedade.

Deste modo, é necessário ponderar que as mulheres militantes da Marcha operam politicamente através de manifestos que questionam o machismo e sexismo. Esses textos expressam suas lutas contra as diversas formas de violência sofridas pelas mulheres. Elas também se utilizam de manifestações e produções artísticas com engajamento político para evidenciar suas reivindicações e ações contra o sistema patriarcal. O movimento, portanto, é marcado pela busca da igualdade entre os gêneros.

⁵ As estratégias de utilização da Internet para o ciberativismo objetivam aprimorar a atuação de grupos, ampliando as técnicas tradicionais de apoio. A rede pode ser usada como um canal de comunicação adicional ou para coordenar ações off-line de forma mais eficiente. Além disso, a Internet permite a criação de organizações on-line, permitindo que grupos tenham sua base de atuação na rede (RIGITANO, 2003, p. 03).

Diante disso, os manifestos divulgados na página eletrônica do movimento revelam a posição dessas mulheres na sociedade brasileira. Nesse sentido, cabe observar que o texto escrito em resposta ao Senhor Carlos Ramallete, colunista do jornal Gazeta do Povo, que questionava as mulheres do movimento, é um dos mais significativos, visto que, a partir dele, podemos entender o significado do termo “vadia”, utilizado pelo movimento.

[...] vadia é aquela que se veste como quer, que não realiza todos os desejos do homem, que tem uma personalidade forte, que exerce sua liberdade sexual. Vadia é a mulher que trabalha para sustentar a casa, que apanha do marido, que faz sexo forçado. Vadia é a mulher que não tem voz na nossa sociedade patriarcal, que existe apenas para realizar os desejos do outro, que é vítima da violência (MARCHA DAS VADIAS, 2011)⁶.

Esses discursos tomam posse do termo “vadias” e constroem uma alocação que visa evidenciar a condição das mulheres na contemporaneidade. O uso do pronome “nossa” é atribuído à condição de posse sobre algo ou alguém. No manifesto de 2011, referem-se à sexualidade, sensualidade e beleza como sendo propriedades incontestáveis das mulheres, portanto, somente elas devem decidir sobre tais prerrogativas.

É importante ressaltar que o uso proeminente dos verbos no pretérito perfeito (tempo verbal que, na língua portuguesa, codifica um passado vinculado ao tempo de fala), situa o leitor no processo comunicacional. O pretérito perfeito indica o que está sendo narrado para que se constitua um encadeamento linear de acontecimentos. Observamos que os manifestos abusam da locução no pretérito perfeito para conseguir um efeito de que a marcha está em movimento, mesmo que o tempo indique que as ações foram realizadas em um passado muito próximo.

As mensagens contidas nestes documentos têm seu valor informacional, argumentos e ideias expressamente voltados para as pautas da luta feminista tais como a violência de gênero, feminicídio, aborto, entre outras. Porém, nos manifestos mais atuais, percebemos que a pauta discursiva se alargou e incluiu outros grupos minoritários à margem da sociedade conservadora, tais como as pessoas transexuais, a juventude negra, lésbicas, bissexuais, gays, populações indígenas e comunidades periféricas.

Desta forma, constatamos que nos primeiros manifestos são abordados temas ligados à “terceira onda” feminista e, no decorrer dos anos, são incorporadas novas perspectivas, tais como o combate aos fascismos e fundamentalismos, bem como pautas relacionadas a perseguições políticas. Sendo assim, o movimento dialoga diretamente com os ideais propostos pela “quarta onda” do movimento feminista.

⁶<https://marchadasvadiascwb.wordpress.com/conheca-a-marcha/>

Esses manifestos possuem características comunicacionais com as quais é possível relacionar aspectos que as qualificam como feministas de acordo com a capacidade de construir uma narrativa que visa chamar para dialogar, ouvir, compartilhar, lidar com conflito e incentivar a participação de novas mulheres no movimento.

Nesse sentido, o ciberespaço tem um potencial de horizontalidade comunicacional com o qual se identificam enquanto mulheres, em oposição às formas comunicacionais masculinas baseadas na hierarquia, dominância e até mesmo agressividade.

[...] enquanto as lutas sociais modernas eram marcadas por movimentos que mantinham a sua hierarquia condizente com os valores verticais da industrialização, as lutas contemporâneas apresentam movimentos sociais com uma estrutura cada vez mais horizontal e em rede (RIGITANO, 2003, p. 02).

O movimento preza, fundamentalmente, pela presença das mulheres e pela exploração das possibilidades do virtual, sendo compatível com o desenvolvimento das relações nas redes, pois, embora revele um certo tipo de ciberfeminismo, os manifestos foram passíveis de acréscimos, rompendo fronteiras ou limitações, como pudemos apreciar nos últimos manifestos mencionados.

5. Plano de Intervenção.

Em primeiro lugar, cabe destacar que a proposta de intervenção busca, necessariamente, um público composto, preferencialmente, por mulheres e demais interessados nas lutas feministas, ficando claro que a proposta não contempla o público do gênero masculino, exceto crianças que possam estar sob tutela de suas mães, responsáveis ou pessoas interessadas em conhecer o universo das lutas feministas pelo viés historiográfico. Não se trata, aqui, de uma intervenção que promova a exclusão total do público masculino. A proposta contempla um breve questionário inicial a ser preenchido no momento da inscrição sobre quais as razões que homens decidiram participar de uma oficina que, claramente, irá apresentar a pauta feminista como movimento de urgência na América Latina e no Brasil (que, em 2019, divulgou nos principais meios de comunicação que oito em cada dez casos de feminicídio ocorreu dentro de casa, e 26 dos 37 casos tinham autoria conhecida). Posterior a avaliação do questionário, caso haja homens interessados que venham a justificar sua participação de modo a contribuir com o debate, pediremos gentilmente que a sua participação estará condicionada a escuta tão somente das questões do público feminino.

5.1.Aspectos Metodológicos

O material utilizado durante a oficina é totalmente digital. Decidiu-se por não utilizar qualquer material impresso. A ficha de inscrição e o questionário também serão no meio digital aproveitando que, nas bibliotecas públicas da cidade de São Paulo há computadores ligados à Internet. A divulgação também acontecerá em meio digital e será dirigida aos coletivos feministas das regiões, assim como outros coletivos, tais como comunidades quilombolas, ONGs, organizações *LGBTQ+* entre outros.

Após a divulgação, que acontecerá com antecedência de aproximadamente dois meses e que ocupará a agenda das principais redes sociais com links diretos contendo as fichas de inscrição e o questionário, as bibliotecas terão que ser visitadas, para se ter certeza de que possuem espaços onde seja possível a instalação de projetores e telão.

Para tal intervenção, serão selecionadas quatro bibliotecas públicas nas quatro regiões de São Paulo, a saber: Zona Oeste, Norte, Sul e Leste. Todas elas possuem bibliotecas públicas, algumas delas localizadas em regiões de fácil acesso à população residente.

Serão duas horas de trabalho. Para tanto, o contato com as pessoas responsáveis pelas bibliotecas tais como bibliotecárias e demais funcionários será imprescindível, pois será a partir de referências bibliográficas sugeridas por elas que poderemos indicar obras literárias que contemplem o universo do ativismo feminista.

Ao final de todas estas ações e acordados os dias e horários das atividades, estaremos prontos para iniciar a oficina e o contato com o público participante.

5.2.Procedimentos da intervenção

No primeiro momento, faremos um café da manhã de boas-vindas, que deverá utilizar, no máximo, vinte minutos de acolhimento. Em seguida, as participantes serão convidadas a ocupar as cadeiras expostas em círculo, de acordo com suas preferências. É permitido levar crianças e, para que haja envolvimento das mães na oficina, iremos sugerir parceiros que possam desenvolver atividades educativas durante o percurso da intervenção.

Em seguida, apresentaremos a pauta do encontro, lembrando sempre que, para que as atividades transcorram bem, será necessário mantermos respeito entre as participantes e, para tanto, a palavra SORORIDADE será colocada em evidência nas primeiras imagens que serão expostas no telão. Em seguida, haverá um convite para que cada mulher se apresente,

oferecendo seu nome, sua idade e profissão. A pessoa que conduzirá a intervenção fará sua apresentação após as demais participantes, partindo da história do feminismo. Neste momento, o telão será preenchido com imagens referentes às ondas feministas no mundo e no Brasil. Neste momento, caberá explicar o conceito de “onda” e como as mulheres vêm se organizando, ao longo da história, em alguns países da Europa, América do Norte, América do Sul e no Brasil.

Posteriormente, e já avançando para a segunda hora da oficina, faremos uma roda de conversa e, neste momento, apresentaremos a MARCHA DAS VADIAS como expressão das muitas filosofias de uma comunidade feminista contemporânea, cujos interesses são o ciberespaço, a internet e a tecnologia. Será exposto às participantes, a história do movimento e os usos das redes sociais para divulgação de manifestos como parte da política adotada, tendo em vista a difusão dos ideais de compromisso com a vida, com o bem viver, com a liberdade caracterizada pela responsabilidade com o outro e com a natureza.

Finalmente, a última atividade corresponde a consultar o acervo da biblioteca e verificar quais obras da historiografia feminista ou obras escritas por mulheres estão disponíveis, tanto para empréstimo como para leitura na própria biblioteca. Cabe apresentar, também, algumas indicações de obras não disponíveis no acervo da biblioteca por meio de imagens e breves resumos.

Referências

CONFERÊNCIAS MUNDIAIS DA MULHER. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/conferencias/>>. Acesso em: 26 jan. 2019.

DELPHY, C. HIRATA, H. LABORIE, F. et all (Orgs.) **Dicionário Crítico do Feminismo**. In verbete: PATRIARCADO. Editora UNESP, 2009. Pág.173.

DOSSE, François. **História do tempo presente e historiografia**. Tempo & Argumento, vol. 4, n.1, p. 05-22, 2012.

FELGUEIRAS, A. C. L. **Breve panorama histórico do Movimento Feminista Brasileiro: das Sufragistas ao Ciberfeminismo**. Revista Digital Simonsen, n. 6, p. 108-121, 2017.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História do tempo presente: desafios**. Cultura Vozes, vol. 94, n. 3, p.111-124, 2000.

GOMES, Carla; SORJ, Bila. **Corpo, geração e identidade: a Marcha das Vadias no Brasil**. Revista Sociedade e Estado, Brasília, vol. 29, n. 2, p. 433-447, 2014.

HALL, S. **A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais no nosso tempo.** *Educação & Realidade*. Rio Grande do Sul, v. 22, n. 2, p.15-46, jul./dez. 1997.

HARAWAY, D.J. **Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do sec. XX** in: TADEU, T (org). *Antropologia ciborgue: as vertigens do pós-humano*. 2^a. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2009.

HELENE, Diana. **A Marcha das Vadias: o corpo da mulher e a cidade.** *Redobra*, n. 11, p. 68-79, 2014.

_____. **Se cuida seu machista, a América latina vai ser toda feminista.** Disponível em <http://www.adur-rj.org.br/5com/pop/se_cuida.htm>. Acesso em: 15. ago. 2018.

LEMOS, Marina Gazire. **Ciberfeminismo: Novos discursos do feminino em redes eletrônicas.** 2009. 129 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

MARCHA NACIONAL DAS VADIAS. **Manifesto das Marchas no Brasil, 2011.** Disponível em: <<https://marchadasvadiascwb.wordpress.com/2016/11/04/quem-somos/>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

MARCHA NACIONAL DAS VADIAS. **Manifesto das Marchas no Brasil, 2013.** Disponível em: <<http://marchadasvadiasbr.wordpress.com/manifestos>>. Acesso em: 8 ago. 2018.

MATOS, Marlise. **Movimento e Teoria Feminista: É possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul Global?** *Revista de Sociologia e Política*, vol. 18, n. 36, p. 67-92, 2010.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flavia. **Feminismo e política.** São Paulo: Boitempo, 2014.

PERROT, Michelle. O Gênero da cidade. **Revista História & Perspectivas**, vol. 27, n. 50, p. 23-43, 2014.

PINTO, Célia Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

RAGO, Margareth. **Adeus ao Feminismo? Feminismo e (Pós) Modernidade no Brasil.** *Cadernos AEL*, n. 3/4, p. 11-43, 1995/1996.

RIGITANO, Maria Eugenia Cavalcanti. **Redes e ciberativismo: notas para uma análise do centro de mídia independente.** I Seminário Interno do Grupo de Pesquisa em Cibercidades, FACOM-UFBA, p. 01-11, 2003.

SARTÍ, Cynthia Andersen. **O feminismo brasileiro desde o ano de 1970: revisitando uma trajetória.** *Revista Estudos Feministas*, n. 12, p. 35-50, 2004.